

A particularidade do capitalismo brasileiro em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini

Epitácio Macário Moura¹
Natan Rodrigues Junior²
Yohana Tôrres³
Tainara Alexandre⁴

Palavras-chave: Capitalismo, Particularidade, Dependente, Brasil.

Neste artigo promove-se uma reflexão sobre a particularidade do capitalismo brasileiro, mediante a releitura dos seus autores clássicos. Incluindo Florestan Fernandes, Ruy Mauro Barbosa e Caio Prado Junior. Estabelecendo a interface entre eles por meio de uma síntese de suas obras principais que tratam do debate posto em questão. A escolha do tema justifica-se por sua importância para o desvelamento do capitalismo no Brasil, desde sua origem, desenvolvimento e inserção. Organizado em três partes explicativas, busca-se elucidar itens relevantes sobre a temática, sem pretensão de concluir ou esgotar o assunto.

1 Introdução

O presente artigo se propõe a debater a particularidade do capitalismo brasileiro tendo como base a pertinente contribuição no que tange ao estudo sobre essa questão de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, autores dos clássicos e *A Revolução Brasileira* (1966), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Dialética da Dependência* (1973), respectivamente.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Mestrado Acadêmico Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE). Coordenador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: epitacio.macario@gmail.com.

² Bacharel em Ciências Sociais pela UECE. Pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). Estudante do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ. E-mail: natan.srj@gmail.com.

³ Estudante do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Monitora da disciplina de Economia Política. Pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: yohanatorres17@hotmail.com

⁴ Estudante do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Monitora da disciplina de Economia Política. Pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS). E-mail: tainara.alexandre@yahoo.com.br

Os autores escreveram suas obras em um momento bastante crítico da economia mundial – pós-segunda guerra, e nacional – durante a ditadura militar. Ambos se preocuparam em pensar a formação econômica, social e histórica do Brasil e quais fatores foram determinantes para o desenvolvimento das especificidades de seu capitalismo. Buscava-se compreender os limites e as possibilidades da modernização brasileira, bem como a superação da subordinação em que o país se encontrava inserido no que tange a divisão internacional do trabalho.

Caio Prado Jr entende que o Brasil contemporâneo guarda traços do período colonial, o que obstaculiza a sua consolidação como nação, criticando o fato de algumas correntes teóricas na época quererem transplantar modelos oriundos de outros países, não respeitando a particularidade de cada território. Seria, portanto, preciso superar essa herança colonial.

Florestan, por seu turno, afirma que o capitalismo brasileiro deve ser entendido como uma realidade sociocultural e não apenas econômica, tendo sido fortemente influenciado por aspectos globais, pelo fato do País ter se “descoberto” graças a expansão do mundo ocidental, contribuindo, nesse sentido, para a manutenção de resquícios da era colonial, mesmo após a independência política, que não foi acompanhada por uma independência econômica, realidade que persiste até os dias atuais.

Marini, contudo, compreende que a particularidade do capitalismo brasileiro é marcada por uma dependência histórica que a nação possui devido, em grande parte, a posição submissa que o País ocupa nas relações internacionais. O subdesenvolvimento dos países periféricos, segundo o autor, significa o desenvolvimento daqueles ditos avançados. Para compensar esse fator desigual, a América Latina utilizará de uma superexploração de seus trabalhadores, pois, afinal, no continente a “massa” não possui um consumo em sua plenitude, devido ao fato das mercadorias produzidas serem para o mercado externo e não interno.

2 Caio Prado Jr e a crítica à teoria consagrada da revolução

A obra *A revolução brasileira*, do historiador Caio Prado Jr., publicada originalmente em 1966, é referência fundamental de importante debate que, a partir, dos

anos 1920, tornava-se central no pensamento social brasileiro: a natureza de nossa formação econômico-social e as possibilidades e limites de nossa modernização.

Caio Prado Jr. é um dos pioneiros a fazer dura crítica ao paradigma até então hegemônico para a compreensão do Brasil, a chamada, segundo ele, *teoria consagrada da revolução*. Seu objetivo era compreender o real sentido da colonização brasileira, buscando entender em que medida os traços desse período histórico ainda se faziam sentir no Brasil de meados do século XX, o que impedia a consolidação do Brasil enquanto nação.

Inicia a referida obra fazendo um importante debate metodológico, pois, afirma o autor, o ponto de partida da ciência deveria partir da análise dos fatos tais como se apresentam, e disto derivar a elaboração teórica. A teoria deveria corresponder ao real. Para ele, procedia-se de forma diferente no Brasil. A teoria até então hegemônica na esquerda brasileira era estranha à nossa realidade, pois fora elaborada a partir da análise de outras experiências históricas e transplantada para nosso país. O autor faz referência aqui às ideias da III Internacional Comunista (IC), representada no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em 1928 elaborou um conjunto de análises e orientações para os países dependentes, coloniais e semicoloniais, que teriam como modelo a experiência histórica dos países orientais⁵. Para Caio Prado, haveria, portanto, uma desconexão entre teoria e prática.

[...] A saber, partindo de conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, isto é, decalcados nos textos clássicos e adotados a priori sem maior crítica e confronto com a nossa realidade, a fim de nesses conceitos petrificados e hieráticos ajustar os fatos observados. Assim se procedeu, ao em vez de partir desses fatos. E sobre sua realidade e maneira como efetivamente se apresentam elaborar e construir a conceituação teórica deles e a sua interpretação. (PRADO JR, 1966, p. 44)

As ideias transpostas para o Brasil e até então amplamente difundidas e aceitas como inquestionáveis pela esquerda brasileira, dado a autoridade moral e política que possuía a IC, fazia abstração das particularidades dos diferentes países, ignorava o desenvolvimento histórico, cultural, social e econômico. Não se levava em conta nem ao menos a particularidade indígena na América Latina. Apoiado em semelhanças superficiais, a análise afirmava tratar-se, tanto na América Latina, África e Ásia, de

⁵ Trata-se do Programa da Internacional Comunista, adotado pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou. (PRADO JR, 1966, p. 47)

nações com capitalismo insuficiente, obstaculizado pela existência de resquícios feudais ou semif feudais, bem como ingerência do imperialismo, que atingiria igualmente esse conjunto de países.

Para Caio Prado Jr., o domínio de Portugal sobre o Brasil Colônia se inseria no contexto de expansão do capital mercantil e era em função deste e do abastecimento do mercado mundial que se forjaram as relações econômicas na colônia brasileira. Em outras palavras, não havia resquícios feudais no Brasil pelo fato de nunca ter havido feudalismo no Brasil, já que o sistema de produção aqui organizado era eminentemente mercantil, baseado na grande lavoura para exportação.

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal, ao mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. (PRADO JR, 1966, p. 51)

Numa palavra, a tese de Caio Prado Jr, era, portanto, da origem capitalista no Brasil, já desde a época colonial.

A abolição da escravidão no século XIX, com a conseqüente formação de força de trabalho livre, levaria a termo a completa mercantilização da economia nacional. Nos chama atenção, no entanto, de que a economia camponesa, típica do sistema feudal, ainda que existente, seria apenas residual no Brasil, e localizada em áreas menos dinâmicas da produção agrícola. O fim da escravidão, ao contrário do afirmava diversos pensadores da época, não desorganizou a economia cafeeira, mas ao contrario, a impulsionou. Isso se dava, dentre outros motivos, pelo fato de que com a onerosa escravidão, o latifundiário investia a priori grandes somas de dinheiro na compra da mão de obra; enquanto com o assalariamento essa soma investida se daria somente após a produção.

Interessante registrar, também, as observações do autor sobre como o capitalismo brasileiro se apropriava de elementos não-capitalistas, como o escravismo mesmo depois da abolição, por exemplo, com o intuito de potencializar a exploração sobre a força de trabalho. Segundo o autor

O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o

baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários. É assim errado, e da maior gravidade para os efeitos da revolução brasileira, supor que tais remanescentes escravistas poderão ser eliminados, eliminadas com isso algumas formas mais brutais de exploração do trabalho, pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção. (PRADO JR, 1966, p. 151)

Percebe-se de forma clara como essa formulação irá influenciar de forma decisiva os autores que, em seguida, irão compor, no Brasil, o importante grupo da Teoria Marxista da Dependência, em especial com o conceito de superexploração do trabalho, do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini.

Sobre a relação com o imperialismo, Prado Jr. alerta que “a integração do Brasil na nova ordem imperialista que, no Oriente, produziria tamanhos e tão profundos choques, se realizou sem obstáculos de monta.” (1966, p. 144). Dito de outra forma, o sistema de produção organizado no Brasil Colônia foi voltado para atender demandas da divisão internacional do trabalho, o que fez com que não ocorressem conflitos internos significativos com o imperialismo no século XIX ou XX. Diferente processo se deu nos países asiáticos, como a China, pois se tratava de uma formação econômica, social, política e cultural estranha a influência e atuação do imperialismo, o que gerou grande resistência à sua dominação. Essa observação é importante, pois se acreditava existir no Brasil uma fração das classes dominantes (a chamada burguesia nacional), tal qual ocorrido no Oriente, que teria interesses na luta nacional anti-imperialista. Caio Prado Jr. será um dos primeiros a demonstrar o equívoco que causou grandes repercussões na vida do país

Orientados por tal concepção, a *teoria consagrada da revolução* afirmava o caráter democrático-burguês da revolução brasileira, tendo em vista a necessidade da “superação capitalista” dos resquícios semifeudais que atrasavam nosso desenvolvimento e modernização enquanto nação, bem como o enfrentamento anti-imperialista em aliança com setores progressistas da burguesia nacional. As consequências, como a história tratou de demonstrar, foram a formulação de estratégia e táticas equivocadas que dirigiram as ações da esquerda brasileira e que culminou na tragédia da ditadura civil-militar de 1964.

Segundo a teoria caiopradiana, as tarefas da autêntica revolução brasileira seria superar os remanescentes coloniais, que consistem na orientação da produção nacional orientada para atender interesses externos, alheios aos da maioria da população

brasileira, que impedem a consolidação do Brasil como nação. Esta superação não se daria pela expansão das relações capitalistas, mas ao contrário, apenas no sentido de uma revolução socialista.

Como se percebe, o interesse de Caio Prado Jr. ao realizar semelhante crítica a *teoria consagrada da revolução* era buscar as reais determinações e particularidade da formação sócio-histórica brasileira a fim de elaborar uma teorização adequada à nossa realidade, bem como derivar uma estratégia e tática acertadas para a efetivação do processo revolucionário no Brasil, visto que enxergava na formulação teórica equivocada a origem dos erros da prática militante. Seu interesse, pois, não era meramente acadêmico, mas essencialmente político. Tornou-se, assim, leitura de referência no esforço de se compreender a particularidade da formação brasileira a partir do método marxista.

3 Pensamento de Florestan Fernandes

A obra *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, do sociólogo Florestan Fernandes, publicada, inicialmente, em 1968, nos leva a um debate sobre a particularidade do capitalismo brasileiro, na qual este, de acordo com o autor, será uma complexa realidade sociocultural, e não apenas uma realidade econômica.

Segundo Florestan, o Brasil irá receber influências estruturais de ordem global para a expansão do seu capitalismo. O autor irá fazer ponderações essenciais, sendo a primeira, que o Brasil originou-se para a história moderna como parte da expansão do mundo ocidental, de modo que coincidiu com a crise do mundo medieval. Segundo, a formação do Brasil independente estabeleceu-se sem alteração significativa na organização da economia e da sociedade. Logo, os laços coloniais apenas mudaram de caráter jurídico-político, para puramente econômicos. Terceiro, essa nação emergente, não era independente, do ponto de vista econômico. Esse novo contexto apenas mascarava os novos laços de dependência, na qual haverá a transportação do modo de vida europeu; e essa nação será moralmente, emocionalmente presa ao mundo colonial.

Essas nações “livres” e “dependentes” não evoluíram para o capitalismo como mera “expansão do mundo ocidental moderno”, mas sim, especificamente no Brasil, por exemplo, quando houve uma ruptura com o sistema colonial e a universalização do trabalho livre. E mais, o capitalismo brasileiro não seria mera reprodução do sistema

Europeu, guardando particularidades importantes. Tampouco houve aqui transferência da cultura europeia, porém a transferência de normas, valores sociais.

As sociedades nacionais dependentes extraem modelos institucionais das sociedades que produziram o capitalismo avançado, autossuficiente e autônomo, compartilhando das constantes transformações, porém com um atraso relevante, na qual essa absorção deveria ajudar na homogeneização dessas tendências, contudo isso não acontece.

É relevante também que os recursos conceituais, metodológicos e teóricos da Sociologia são oriundos de países europeus, dos Estados Unidos. Dessa forma os países subdesenvolvidos possuem uma enorme variação de situações histórico-sociais, na qual não daria para se apropriar com os mesmos recursos para essa realidade.

Em regra as explicações sociológicas, seguem um modelo ideal, linear, logo seguem a ideia de um capitalismo competitivo com bases na revolução industrial e comercial da Inglaterra. Contudo no momento em que um país subdesenvolvido

[...] consegue realizar as condições estruturais, funcionais e históricas, pressupostas em tal modelo, ela deixa de ser subdesenvolvida, concretizando em algum grau significativo o padrão de equilíbrio e de crescimento inerente ao capitalismo auto-suficiente e autônomo. (FLORESTAN, 2008, p. 33)

Desse modo, é necessária diferenciação dos novos mercados capitalistas, que se desenvolvem de formas próprias, com influências, porém com suas próprias especificidades.

Em relação as “experiência capitalista” de muitas sociedades subdesenvolvidas oriundas de colônias, Florestan nos apresenta dois exemplos clássicos, os Estados Unidos e o Brasil, no qual o primeiro conseguiu superar as estruturas coloniais, e já o segundo, até os dias de hoje, revelou-se insuficiente para promover tais efeitos:

[...] o que redundou na formação de uma economia nacional duplamente polarizada: um setor de exportação de produtos primários, no qual a vigência dos princípios capitalistas só é plena, em regra, no nível da comercialização e no qual se concretiza ao máximo a dependência em relação ao exterior; e um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, ainda sujeito a fortes influxos externos, mas impulsionado por tendências irreversíveis de consolidação da economia de mercado capitalista existente. (FLORESTAN, 2008, p. 35)

A superação do subdesenvolvimento para uma economia autossuficiente e autônoma se dá pela forma de integração alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões capitalistas no sistema socioeconômico. Se essa sociedade subdesenvolvida não conseguir alcançar os requisitos estruturais e dinâmicos

de tal processo, ela ficará condenada ao destino do capitalismo dependente, ou caberá procurar no socialismo as soluções para os seus problemas sociais, políticos e econômicos.

Logo, pode-se entender que uma sociedade dependente possui uma ordem capitalista, ela reproduz vários aspectos essenciais a este modo de produção. Porém essas economias desenvolvem-se a partir de oportunidades e limitações cedidas pelas economias mundiais.

Como o capitalismo avançado, o capitalismo dependente assumirá várias formas e gradações, na qual ele destacará três situações típicas:

A primeira, inelutável do capitalismo dependente, onde a maior parte de seu excedente econômico é proveniente da exportação de produtos primários, na qual o dinamismo de sua economia capitalista dependente não conduz à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico. A unificação da economia, para Florestan (2008), se realiza e se organiza: “... no nível da comercialização, e em seguida, do destino do excedente econômico.” Segundo o autor houve um aumento da produção interna e do crescimento do mercado interno, mostrando-se como efeitos dos mecanismos do capital financeiro internacional. Porém a industrialização

[...] não alterou profundamente esse quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente. A forte concentração do crescimento econômico, provocada pela industrialização, acarretou a intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor arcaico para o setor moderno, localizado no meio urbano. Nesse sentido, a região beneficiada pelo processo (o eixo econômico Rio de Janeiro- São Paulo) passou a preencher algumas das funções econômicas anteriormente saturadas por centros hegemônicos do exterior. Todavia, no momento em que a industrialização alcançou o patamar do capitalismo industrial, o ciclo industrial acabou se enquadrando no padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente. (FLORESTAN, 2008, p. 62)

A segunda característica apresenta-se como decorrência estrutural e dinâmica do capitalismo dependente. Mesmo em sua fase colonial já tínhamos atividades reguladas em bases capitalistas, ditadas pelo mercado mundial. Com a emancipação do mercado interno teremos a expansão de atividades econômicas orientadas pelos cálculos capitalistas. Contudo, até hoje, apesar de sua emancipação política e econômica, não conseguiram impor a transformação ou a eliminação do setor arcaico, de tal modo, que se faz necessário, tanto em alterações no mercado mundial, de um crescimento de quantidade e qualidade da produção como a expansão da economia “para dentro” também, e, não somente para fora.

Vale ressaltar que:

[...] o fato é que a ordem inerente ao sistema econômico de uma sociedade capitalista dependente nasce no ponto de inflexão de suas vinculações estruturais e dinâmicas com as economias mais avançadas. Ele se integra no nível mais avançado e complexo os mecanismos econômicos do mercado mundial. (FLORESTAN, 2008, p. 63-64)

Veremos agora como o sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini pensa a dependência estrutural latino-americana e a particularidade brasileira.

3 Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência.

Na obra *Dialética da Dependência*, o Sociólogo Ruy Mauro Marini irá trazer aspectos referentes a particularidade do capitalismo latino-americano, em especial no Brasil, chamando-o de *sui generis*⁶. O autor foi um importante intelectual que se propôs a pensar as causas do subdesenvolvimento na América Latina, contribuindo, assim, para o reconhecimento mundial da Teoria da Dependência, que afirmava como dependente o desenvolvimento capitalista do continente. Essa linha de pensamento passou a ganhar visibilidade depois que a classe dominante, tendo seus interesses não satisfeitos com o regime militar passa a questionar o atraso econômico das nações subdesenvolvidas. Nesse contexto, Marini vai afirmar que diferentemente de países como França, Estados Unidos e Inglaterra, onde ocorreu um capitalismo na sua forma clássica atendendo todas as etapas do processo produtivo, nos países latino-americanos se deu conforme semelhanças com a via prussiana, na qual, Itália e Alemanha, nações em que apesar do atraso econômico comparado aos países de via clássica, conseguiram se desenvolver frente à disputa imperialista no mundo. No caso do Brasil, por sua vez, mesmo com o processo de industrialização, ainda manteve o caráter dependente e as novas relações econômicas marcadas por estruturas arcaicas, em uma espécie de modernização conservadora. Nesse sentido, houve uma aliança entre as classes tradicionais e a burguesia industrial caracterizando a chamada cooperação antagônica⁷.

O capitalismo latino-americano vai se desenvolver de forma tardia fortemente ligado ao capitalismo internacional, pois historicamente produzimos matéria-prima para a consolidação da economia industrial europeia: exportávamos produtos primários e

⁶ Expressão em latim que significa de “seu próprio gênero” ou “único em sua espécie”. Ela indica que algo é particular, peculiar, único.

⁷ Esse conceito foi criado por August Thalheimer, porém Marini se apropria dele para compreender as relações de heterogeneidade presente na burguesia.

importávamos manufaturas. Tamanha troca ocasionava uma balança comercial desfavorável para a nossa economia. Diante dessa realidade, o capitalismo da América Latina passou a se configurar de forma dependente, ocupando uma posição submissa nas relações que compõem a Divisão Internacional do Trabalho, que representa a maneira como é feita a distribuição da produção a nível mundial entre Países desenvolvidos e não-desenvolvidos, em que cada um se especializa em uma determinada mercadoria para que possam ser realizadas as trocas comerciais.

Marini vai afirmar que se não fosse a “ajuda” dos Países periféricos certamente a grande indústria moderna encontraria muitos obstáculos para se consolidar, pois com os produtos oriundos da agropecuária para servirem como meios de subsistência a classe operária foi possível aos Países industriais se especializarem como produtores mundiais de manufaturas. Nesse contexto, a América Latina produzia alimentos e matérias-primas que propiciavam o barateamento do capital variável (salários) e do capital constante (máquinas e ferramentas) na Europa, respectivamente.

A América Latina vinha desenvolvendo uma participação muito importante no mercado mundial, principalmente após a mudança no eixo de acumulação da exploração do trabalhador através da mais-valia absoluta⁸ para a mais-valia relativa⁹. Nesse contexto, a produção latino-americana teria como base uma maior exploração da força de trabalho, o que Marini vai categorizar de superexploração. Essa foi a maneira encontrada pelas nações subdesenvolvidas para compensar as trocas desiguais.

A superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos dos grandes mandatários do capital, provenientes das economias tecnologicamente mais desenvolvidas. (MARINI, 2005, p.33)

A superexploração como mecanismo de compensação pode ocorrer através da intensificação do trabalho, a prolongação da jornada deste e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força produtiva – tem-se a presença de um trabalho excedente. Esses fatores, por sua vez, podem se apresentar combinados, remunerando o operário abaixo de seu valor, o que não propicia sequer a este indivíduo um consumo para que possa repor sua força de trabalho. Essa remuneração precária se

⁸ Aumento da jornada de trabalho.

⁹ Aumentar a intensificação do trabalho através de máquinas, ferramentas e outros utensílios sem necessariamente aumentar a carga horária.

deve principalmente a mão-de-obra abundante disponível no continente latino-americano que no Brasil colonial serviu para o trabalho escravo e no Brasil contemporâneo está a serviço do assalariamento abaixo do mínimo para o trabalhador.

De maneira geral, a exploração, entendida como a capacidade de apropriação do valor produzido pelo trabalhador por parte do capitalista em três mecanismos-chave, como sustenta Marx (mais-valia relativa, mais-valia absoluta e pagamento de um salário que garanta a reprodução da vida do trabalhador e de sua família), na América Latina, se caracterizará pela utilização excessiva desses mecanismos a partir do pagamento de um salário que não permite a reprodução adequada da vida do trabalhador. (MARINI, 2005, p.35)

A mudança de eixo da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa ocasionará uma maior desvalorização da força de trabalho. Com o aumento da produtividade, o trabalhador diminui o tempo necessário¹⁰ e aumenta o trabalho excedente¹¹. Entender essa conjuntura é crucial para se compreender o por que da posição da América Latina no mercado mundial ter contribuído para se ter uma superexploração baseada na mais-valia relativa, em que na medida que o aumento desta é acompanhada por uma maior produtividade há um decréscimo do valor do capital variável – salários – em relação ao capital constante – máquinas e ferramentas.

No capitalismo, segundo o autor, não é o homem que se torna mercadoria, mas sim, sua força de trabalho que provém de todo o momento em que o operário é útil para o capital. No caso do Brasil, para se chegar ao capitalismo de fato teve que passar por um processo mesclado de servidão e trabalho assalariado em meio as relações de exportação para com o mercado mundial.

A América Latina como grande exportadora teve que criar seu próprio modo de circulação compreendendo as especificidades de sua economia dependente, cuja essência se baseia na superexploração do trabalhador, em que devido ter nascida para atender as exigências da circulação capitalista mundial, a produção latino-americana não depende do mercado interno para se realizar, assim, há uma separação entre as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Por essa razão, há uma maior exploração da força de trabalho e não se dá condições para que esta seja repostas, sendo o trabalhador facilmente substituído no mercado de trabalho, contribuindo para a alta rotativa crescente nos últimos tempos.

¹⁰ Tempo em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o salário.

¹¹ Tempo em que o operário produz mais-valia.

Por não haver uma ampliação do mercado interno, se tem a presença da separação entre as esferas de circulação. Na esfera “alta” – onde estão os não-trabalhadores – se relaciona com a produção externa por meio do comércio de substituição de importações. Já na esfera “baixa” – nela estão os trabalhadores – se baseia na produção interna.

Entretanto, o mercado interno dos Países periféricos se desenvolveu com características diferentes dos Países centrais. Na economia capitalista clássica, o capital cria o assalariado e o consumidor. Já na economia de via dependente, não se cria uma própria demanda, mas nasce para atender uma demanda já pré-existente (o consumo das elites locais).

Todos esses aspectos apresentados referentes a nossa dependência econômica nos levam a outra categoria impar utilizada por Marini: o subimperialismo¹². Esse fenômeno não é especificamente brasileiro e condiz com uma forma que a economia industrial desenvolveu no marco do capitalismo dependente. Nesse sentido, o autor afirma que o Brasil durante um longo período passa a possuir essa característica de forma plena devido o investimento do capital estrangeiro que levou ao desenvolvimento interno de nossa industrialização como dependente financiada, pela elite local e secundária, complementando a exportação de bens primários, numa espécie de compromisso entre as classes dominantes sem a participação nesse “pacto” dos dominados. Diante disso, se nesta terra ocorreu uma revolução é notório que ela se deu pelo alto.

5 Considerações finais

O estudos de autores clássicos do pensamento nacional nos dá pistas para entender o Brasil do começo do século XXI, ao tornar claro a continuidade de traços essenciais que dão a tônica da particularidade do capitalismo brasileiro.

Os ajustes econômicos-sociais e políticos da última década no Brasil, para alguns denominados como neodesenvolvimentismo, em que o Estado teve sua presença reforçada no sentido de criar condições favoráveis ao investimento capitalista, trouxeram uma retomada, ainda que modesta, do crescimento econômico, alçando o País ao grupo de “emergentes” e o recolocando em posição de potência regional. Ainda

¹² Quando o País atinge o estágio de monopólio e investe o capital nos Países de menor industrialização.

assim, torna-se evidente a exacerbação de tendências há muito apontadas pelos que se dedicaram ao estudo de nossa formação.

A economia brasileira mantém a exportação de *commodities* como centro dinamizador de seu crescimento, a partir da demanda do mercado mundial, o que possibilita enxergar, como diria Caio Prado, a continuidade do “sentido da colonização”. Por outro lado, em relação a indústria, os setores de alta tecnologia continuam como monopólio dos países centrais, restando ao Brasil, em grande medida, a produção centrada em setores intermediários, ou com utilização intensiva de força de trabalho, o que reforça nosso caráter de economia dependente, com inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, sustentada na superexploração do trabalho, como nos alertou Ruy Mauro Marini. Ainda segundo esses autores, vê-se claro como a sobrevivência de formas mais brutais de relações de trabalho convivem e alimentam, ao invés de obstaculizarem, a expansão e consolidação da economia nacional entre o rol dos maiores do mundo.

O Estado nacional, por sua vez, formado a partir da conciliação pelo alto de interesses “modernos” e “arcaicos”, das elites do país, demonstra sua característica autocrática, como observou Florestan Fernandes, ao excluir grande parte da população da democracia real. Ilustra isso a forma de repartição da riqueza nacional, com diminuições sucessivas nos gastos com serviços públicos e no aumento exponencial da sangria de recursos nacionais que garantam a remuneração do capital financeiro.

Dito isto, nos parece evidente que a exata compreensão das grandes transformações do Brasil nessa entrada de novo milênio não poderá ser feita se não for considerado os limites estruturais e possibilidades que a particularidade da formação capitalista brasileira, com o aprofundamento da dependência, põe e repõe para a vida nacional.

REFERENCIAS

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ªed. São Paulo. 2008.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1966

RODRIGUES JUNIOR, N. S.; MOURA, E. M. Subimperialismo e particularidade brasileira: a perspectiva de ruy mauro marini. **Tensões Mundiais / World Tensions** , v. 9, p. 39-60, 2013.